

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DO CODEFAT**

**ASSUNTO:** 55ª Reunião Ordinária do GAP  
**DIA:** 11 de junho de 1996  
**HORA:** 9 horas  
**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”, 2º andar, Sala de Reuniões

O Secretário-Executivo iniciou a reunião dando as boas-vindas aos representantes, passando a discutir o tema específico da pauta sobre a Proposta Orçamentária do FAT, exercício de 1997. Informou que no ano passado, o orçamento foi baseado numa estimativa de receita que partia do pressuposto da extinção do Fundo Social de Emergência. Este fundo foi recriado, sob o nome de Fundo de Estabilização. Explicou que quando se faz uma estimativa de receitas, essa deve ser baseada na regra existente naquele momento, motivo pelo qual essa proposta está superestimada. Explicou ainda, que o repasse para esse fundo é de cerca de 26 a 27%. Prosseguindo, disse ser provável que o governo reedite o Fundo de Estabilização, pois o Governo não pode ficar sem uma fonte orçamentária para suprir o pagamento de pessoal. Foi distribuída uma tabela aos representantes, constando a proposta de 1996 e a de 1997. O Secretário-Executivo explicou que a receita está superestimada e, conseqüentemente, as despesas também, pela possibilidade de a partir do segundo semestre de 1997, os recursos do PIS/PASEP, na sua totalidade, irem para o FAT. O Representante do MPAS, Sr. Ricardo Dinarte Sandi, quis saber qual a previsão de gastos efetivos com o Seguro-Desemprego para 1997. O Secretário-Executivo respondeu-lhe que o gasto efetivo em 1995, foi cerca de dois bilhões e oitocentos milhões de reais, e que, para este ano, está previsto um acréscimo de 25%. O Representante da Força Sindical, Sr. Ricardo Baldino e Souza, comentou que o reajuste do salário mínimo implicaria no reajuste do Seguro-Desemprego. O Secretário-Executivo explicou que, além desse, existem outros fatores que contribuem para isso. Disse que o impacto maior ocorreu no ano passado, quando da mudança das regras do Seguro-Desemprego, em julho de 1994, o que facilitou o acesso ao Seguro. Aproveitou para informar aos presentes que no corrente mês houve uma reversão do quadro de emprego no setor formal, depois de nove meses consecutivos de perda de postos de trabalho. O Representante da Força Sindical informou que as Centrais Sindicais vão reivindicar, junto ao Governo e ao Congresso, a ampliação da concessão do Seguro-Desemprego. O Secretário-Executivo explicou que o Governo gasta, com área social, 74% do total da arrecadação, e que o problema está na forma como é distribuído e gasto. Acrescentou ainda que qualquer proposta de aumento teria que vir acompanhada de outra proposta no sentido de evitar os chamados “acordos” entre patrão e empregado, dando origem às

fraudes. Prosseguindo, o Secretário-Executivo disse ainda que, quanto às despesas, as mais importantes são apoio logístico e apoio à atividade controle. O Representante da Força Sindical quis saber se o objetivo do item campanhas comunitárias educativas é de alcance nacional. O Secretário-Executivo respondeu-lhe que a idéia é fazer campanhas de esclarecimento, a respeito do Seguro-Desemprego, por exemplo: como a pessoa tem acesso, qual o público alvo, etc. O Representante do MPAS quis saber a respeito de um noticiário sobre uma vinculação entre a qualificação e o pagamento do Seguro-Desemprego. O Secretário-Executivo explicou que há uma proposta no Congresso, no sentido de que para a pessoa receber o Seguro, teria que trabalhar em alguma campanha comunitária ou fazer a qualificação profissional. Salientou que essa idéia é boa, só que falta a parte operacional, pois os SINE, não estão equipados para isso. O Representante da Força Sindical, quis saber quantas pessoas seriam treinadas com o valor estimado na proposta. O Secretário-Executivo respondeu-lhe que a estimativa é de que sejam treinados 700 a 800 mil trabalhadores. Disse ainda que há a possibilidade de implantação de um canal de televisão, para ficar à disposição do MTb, para qualificação profissional. Na proposta consta cerca de vinte milhões de reais prevendo o funcionamento desse canal. A uma observação do Representante da CNF, Sr. Adib Miguel Eid, para que fosse feita uma pesquisa sobre a perspectiva de emprego no Brasil e quais as deficiências no mercado de trabalho, antes que seja implantado o sistema acima citado, o Secretário-Executivo esclareceu que a regra hoje aprovada pelo CODEFAT, é que a condição para que o SINE receba a segunda parcela, é a necessidade de que ele demonstre que as pessoas qualificadas estejam trabalhando. O Representante da Força Sindical sugeriu que se fizesse uma pesquisa sobre as tendências do mercado para, com base nisso, qualificar trabalhadores, que venham preencher a provável demanda detectada pela pesquisa. O Representante do MPAS quis saber sobre o item identificação e registro. O Secretário-Executivo explicou que já está em estudo um novo sistema de carteira, que seria como um passaporte, que facilitaria o controle de todas as carteiras emitidas e dificultaria as fraudes. Foram feitas outras considerações e esclarecimentos a respeito da proposta orçamentária, e, nada mais havendo a acrescentar foi encerrada a reunião. E para constar, eu, Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, Coordenador do GAP, lavrei a presente Ata, que após lida, será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT.

DANIEL ANDRADE R. DE OLIVEIRA  
Secretário-Executivo do CODEFAT

---

VERA MARINA M. ALVES

---

Representante Suplente do MTb

RICARDO DINARTE SANDI  
Representante Titular do MPAS

---

RICARDO BALDINO E SOUZA  
Representante Titular da Força Sindical

---

CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA  
Representante Suplente da CNI

---

CRISTINALICE M. S. DE OLIVEIRA  
Representante Suplente da CNC

---

ADIB MIGUEL EID  
Representante Titular da CNF

---